

VÍCIOS E DROGAS, ORDEM E PROGRESSO Imagens da Bela Época Carioca na literatura de João do Rio.*

“Os homens mais sérios têm temporadas de vícios.”
João do Rio¹

1 - A Historicidade e Seus Enunciados

A bela época carioca, situada entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, tem recebido demasiada atenção nas investigações de natureza historiográfica recente. Enquanto capital federal, o Rio de Janeiro daqueles dias representava uma síntese das ebulições sociais, dos debates políticos, da estruturação de um novo modelo econômico, da riqueza de nossa diversidade cultural, das várias nuances das concepções teóricas positivistas então em voga e a determinar os rumos a seguir pela nação com o propósito de instaurar a modernidade na cidade e no restante do país. A bela época carioca, encarnação da *belle époque* francesa, sinalizava para a construção de uma sociedade pautada no trabalho fabril concomitante ao esforço das elites locais para transformá-la numa referência de cidade moderna à imagem de Paris e Viena.

A *Belle époque* conceitualiza um período da história do homem de encantamento e ao mesmo tempo de desencantamento diante da modernidade que se lhe apresentava. A sedução do progresso estava expressa no pulular de engenhosas e atraentes invenções responsáveis pela revolucionária modificação dos costumes e valores do homem citadino como são exemplos a eletricidade, iluminando a noite descoberta das ruas; o fonógrafo, multiplicando a cacofonia ruidosa da cidade; o automóvel, símbolo de aclamação da velocidade; a fotografia seguida do cinematógrafo, símbolo da eternização

* Este artigo foi originalmente publicado na Revista Range Rede. Rio de Janeiro: UFRJ, Ano 5, nº 5, 1999. Quadrimestral.

¹ - João do Rio, *A Profissão de Jacques Pedreira*, São Paulo, Ed. Scipione/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 75.

do efêmero tanto quanto da superação do presente; o telégrafo e o telefone que, transpondo as distâncias, desafiava o tempo.

Na Europa, são exemplos da força transformadora dos valores culturais incorporados ao processo de modernização os novos medicamentos produzidos pelas incipientes indústrias farmacêuticas que chegavam cada vez mais rápido até nós – verdadeiros linimentos usados para pôr termo aos suplícios da dor. Eles nasceram cercados pela esperança de promoção da cura a fim de recuperar nos homens sua capacidade laborativa e o seu entusiasmo pela vida – estado este mais que apropriado para vivenciar dias tão bem sucedidos, sobretudo graças aos avanços das ciências médica, farmacológica e psiquiátrica. Também as alegóricas reformas urbanísticas e a intensa circulação de capitais em um espaço reduzido como a cidade convergiam no intento da sedução eufórica promovidas pelo desenvolvimento industrial e tecnológico: o homem havia encontrado uma fórmula eficaz de sucesso e felicidade; seu desempenho racionalista aliado aos preceitos iluministas fez da sociedade de massas democracias liberais com permissão - extensa a todos que a habitavam - ao livre usufruto do espaço público. A modernidade dera certo. Restava a nós importar o modelo.

Considerando apenas nossas especificidades históricas, discorremos a respeito de um período onde a escravidão enfim chegava ao seu término, com a Lei Áurea, após longo período de sucessivas medidas legais que abriram caminho para sua consecução como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, por exemplo. Quando a abolição foi consumada, uma parcela dos ex-escravos já havia sido absorvida pelo mercado de trabalho livre². Outra parcela expulsa das fazendas e casas de seus antigos senhores vivia à solta pela cidade, sem moradia, emprego ou rumo, em situação de abandono e

² - Antônio E. M. Rodrigues, assinala: “as companhias de bondes, de eletricidade, de abastecimento de água e da construção civil são algumas das (...) empresas que utilizam essa mão-de-obra”, além de “setores produtivos e de obras”. In: *O Rio de Janeiro da Bela Época*. Rio de Janeiro, mimeo. p. 19.

miséria, fonte de constantes conflitos sociais. Assomada à presença maciça de imigrantes europeus e asiáticos, adaptados ao funcionamento das relações de trabalho livre e iniciados em organizações e lutas operárias em seus países de origem, os conflitos de natureza social eram encarados como afrontamentos por um poder público pouco inclinado a dar ao problema maiores atenções - não foi à toa que a República Velha alcunhou a questão social como “caso de polícia”.³

A cidade do Rio de Janeiro, capital federal de um Estado republicano recém-formado, buscava transformar-se em um centro urbano moderno, mas sua feição hegemônica não seria a da cidade fabril e sim a da cidade civilizada, ordeira, conforme o gosto das elites locais afrancesadas. Daí, a busca de uma definição para o ideário republicano – que estava sendo maturada nos círculos letrados (políticos, artísticos e literários) da capital federal, nos salões freqüentados pela alta sociedade e nas rodas boêmias – ter sido tarefa de desencanto para muitos republicanos instalados nestes círculos. Configurar de sentidos o lema “ordem e progresso” coube a elite política positiva. Na construção de uma cidade-capital que fosse modelo de modernidade para o século XX predominou os contornos dados pelos valores conservadores e aristocráticos: cultura tradicional e civilidade acima da lógica fabril e operária.

Somente o transcurso das primeiras décadas do século XX irá abalar o otimismo historicista das concepções científicas - aqui e alhures - ao fazer emergir do limbo as mazelas que o desenvolvimento industrial e a farsa das democracias liberais mantiveram acanhadas nas sarjetas e na penumbra de fábricas insalubres. Mas será mesmo decisiva nessa reconsideração a ocorrência da Primeira Guerra Mundial ao desvelar o tamanho da mesquinhez etnocêntrica através da ambição desmedida, da arrogância étnica e do

³ - A frase “A questão social é um caso de polícia” é da autoria do presidente Washington Luís, o último da República Velha. Ela é emblemática das concepções da elite política brasileira a respeito das reivindicações das camadas baixas da população entendidas como crimes políticos.

glamour superficial das aparências cultuadas no trânsito intenso dos *grands boulevards*. A frivolidade e os histrionismos dos dândis já haviam passado da hora. Ganharia relevância, contudo, o *flâneur*, o escriba cidadão que registrava a rotina da cidade enquanto indivíduo e por sua subjetividade. João do Rio catalogou uma gama de enredos e personagens incomuns e os expôs à perscrutação dos homens de então. Ele tem o mérito de legar aos atuais estudiosos do imaginário de sua época preciosas descrições de um cotidiano pouco conhecido e explorado. Seu trabalho jornalístico e sua literatura foram e ainda são acusados com frequência de cometerem excessos na caracterização dos personagens e no desenvolvimento das tramas, embora o próprio jornalista tenha tido uma vida de excessos em muitos sentidos com um desfecho trágico dado pela sua morte precoce. Tais eventos, ironicamente, imputam credibilidade ao seu traço literário ao torná-lo um representante de seu próprio inventário de tipos.

O Rio de Janeiro, em sua bela época, teve o seu *flâneur*. João do Rio, o polêmico cronista dos diários cariocas da Primeira República, “flanava” pela capital federal a qualquer hora do dia e da noite entre os grandes salões aristocráticos e a miséria da Rua da Misericórdia passando pelo Morro de Santo Antônio (onde hoje é a Avenida Chile. Foi posto abaixo na década de 1920, assim como o Morro do Castelo – hoje o trecho entre a Av. Rio Branco e a Praça XV). À maneira dos antropólogos, João do Rio descrevia o que via nos quatro cantos da cidade ⁴, no mais das vezes apresentava aspectos da vida social a que poucos tinham acesso ou se atreviam falar. O resultado dessas aventuras urbanas era minuciosamente retratado em jornais como *Gazeta de Notícias* e *O País*, para os quais trabalhou.

⁴ - Antônio E. M. Rodrigues. *Ibidem*, p. 147.

Figura polêmica em sua época, catalisou de seus contemporâneos severas críticas ao seu estilo jornalístico e literário e à sua personalidade.⁵ Mas se seus pares polarizaram em opiniões a respeito de sua arte e até de seu caráter, os pontos de contato que seu trabalho estabeleceu com as ciências sociais – que o têm hoje em grande conta – exigiram merecida reavaliação. Antônio Cândido dirá tratar-se “de repórter curioso dos grupos e tipos sociais; de deslumbrado cronista mundano; de contista atraído pelas situações estranhas...”.⁶ Para Homero Senna, João do Rio seria “o historiador de sua época”, pois sua atividade jornalística registrou as transformações porque passou o Rio de Janeiro de Pereira Passos.⁷ Antônio E. Martins Rodrigues completa esta visão afirmando que o literato escrevia “uma história das mentalidades coletivas da cidade”, embora enfatize a acuidade etnográfica do poeta como sendo a grande reveladora das “várias visões de mundo produzidas no cotidiano urbano do Rio de Janeiro”.⁸ Flora Süsekind dirá que o autor se esmerou – impregnado irremediavelmente pela brevidade e perecimento da vida moderna – em “registrar até os menores e mais recentes fatos frívolos da vida cidadina”.⁹ É Süsekind ainda quem nos fornece a chave para entendimento do autor nos limites deste trabalho. Mais adiante, ela dirá dele: “Na verdade boa parte de seus escritos beira o criminal. (...) Há verdadeiras coleções de assassinos, pequenos delinquentes, opiômanos e de gente a um passo da marginalidade”.¹⁰

Toda rapidez traduzida na movimentação da cidade moderna, tal como a entendia João do Rio, conduz o homem a um estado de frenesi, no qual realça o aspecto

⁵ - Antônio E. M. Rodrigues diz: “passou a vida sendo identificado como um ser oportunista e aproveitador - um falseador de verdades. Chegou mesmo a ser celebrado, na cidade, pelos seus gostos exóticos de visitar cadeias e lugares lúgubres e perigosos, como um exibicionista.” p. 148.

⁶ - Antônio Cândido. “Atualidade de um Romance Inatural”. In: João do Rio. *A Correspondência de uma Estação de Cura*. São Paulo, Ed. Scipione/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. XVII.

⁷ - Homero Senna, “Vida Breve de João do Rio”. In: *A Correspondência ...* p. 134.

⁸ - Antônio E. M. Rodrigues, p. 147.

⁹ - Flora Süsekind, “O cronista & o secreta amador”. In: *A Profissão de Jacques Pedreira*. p. XVII.

rítmico, quase compulsivo, da vida urbana: “a vida vertiginosa” da cidade é um vício. Sendo mais do que um vício, ela será *viciante*: suas ruas encantadoras, seus habitantes exóticos, suas tramas envolventes seduzem criaturas humanas inábeis e impotentes ante tanto prazer e deslumbramento. São exatamente essas opções na abordagem da temática do autor que nos colocam diante de leituras de uma cidade não recorrente na literatura de então. Perfis tão denegridos e degenerados só serão possíveis nos registros dos sanatórios e nos inquéritos policiais de então. Esses, de natureza diversa, quase nada explicam dos meandros da sobrevivência citadina onde os modelos socialmente aceitos não podiam ser plenamente reproduzidos. Mas, no imperativo da sociabilidade normativa, arranjos falseados eram possíveis e poderiam passar despercebidos na medida em que a “vida vertiginosa” impunha estratégias de sobrevivência peculiares e insólitas. A tipologia de exceções, regra na obra de João do Rio e inventariada pelo repórter perscrutador, interessa aqui porque nos permite compreender os “acordos” forjados na moralidade vigente então os quais determinavam a aceitação ou exclusão desses tipos no convívio social. Seus personagens, à beira da ilegalidade, nos dão elementos para inquirir sobre a iminência de estatutos normativos definidos naquela historicidade do qual é exemplo o arranjo imaginário que articulou a construção da criminalização das substâncias entorpecentes no Brasil – posta aqui sob foco desde já – iniciada na bela época carioca. Ele nos permite, ampliando o panorama, observar o imaginário coletivo no qual as leis sobre a matéria começaram a ser delineadas. Os textos de João do Rio, quando em cotejo com os “discursos competentes” sobre a matéria à época, fornecem elementos para avançar nesta linha de investigação e procurar entender como substâncias recomendadas pelos médicos, com largo uso entre a população e aceitas legalmente passaram, no transcurso de três décadas (a primeira lei

¹⁰ - *Ibidem*, p. XXIV.

de drogas no Brasil é de 1921), a ser alvo de perseguições do poder público e expiações da sociedade.

Segundo Antônio Cândido, a produção de gênero literário dominou completamente todas as iniciativas intelectuais de retratar a realidade brasileira vivida até fins dos anos 30¹¹. Não havia uma produção genuinamente sociológica entre nossos intelectuais e a história ainda estava presa aos ditames da tradição positivista e historicista¹². Essa característica da produção intelectual brasileira distanciada e mais livre dos rigores metodológicos da criação acadêmica é alvo de receios e dúvidas no que diz respeito a sua credibilidade enquanto relato fidedigno da realidade, sobretudo pelos defensores do aprimoramento da objetivação na produção histórica, concepção hegemônica então. Para esses últimos, a ausência de rigor no manuseio deste material o inabilitava enquanto fonte confiável. Contudo, na historiografia mais recente, como em outras ciências sociais, existe hoje uma forte inclinação a considerar essa produção como sendo resultado da narração e interpretação de um observador submetido e comprometido com sua historicidade e da qual ele não pode desvencilhar-se. Uma

¹¹ - Nas duas últimas décadas do século XIX a produção intelectual brasileira, notadamente de cunho literário, concentrou-se em contrapor-se ao Romantismo e às suas imagens tão idealizadas quanto distanciadas da realidade, embora não se deva esquecer a sua importância no esforço de elaboração da especificidade nacional e de nossa brasilidade. Mas, segundo Antônio Cândido havia mais uma “busca de equilíbrio que de ruptura” (p. 112-113). Nas três primeiras do século XX, a realidade brasileira toma sobremaneira o centro das preocupações da nossa *intelligentsia* letrada. Antônio Cândido nos diz: “O primeiro livro propriamente sociológico, no sentido estrito da palavra, só veio a aparecer entre nós em 1939 (...). Antes, de Euclides da Cunha a Gilberto Freire, a sociologia aparecia mais como ‘ponto de vista’ do que como pesquisa objetiva da realidade presente. O poderoso imã da literatura interferia com a tendência sociológica ...” (p. 130). E mais adiante: “Não será exagerado afirmar que essa linha de ensaio, - em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte - constitui o traço mais característico e original do nosso pensamento”. Antônio Cândido, “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”. In: Literatura e Sociedade.

¹² - Ainda é Antônio Cândido quem nos diz que a produção no campo das ciências humanas no Brasil só adquire o caráter de investigação acadêmica moderna superando o modelo anterior “de tipo naturalista ou (no sentido amplo) positivista, como em Oliveira Viana e Alberto Torres” por volta dos anos 40 após o lançamento dos livros Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, 1933; Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda em 1936 e Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior, em 1942. Enfatizando a ruptura metodológica promovida por estes autores ele chega a dizer: “A obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Viana já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais” Antônio Cândido, “O Significado de Raízes do Brasil”. In: *Raízes do Brasil*. Sérgio B. de Holanda, p. Xli, Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

produção com fortes traços de sua subjetividade, mas, exatamente por isso, uma preciosa fonte para investigação dos aspectos culturais de uma época.

Desde o aparecimento da abordagem relativista na produção historiográfica, quando os chamados interpretativistas privilegiaram as representações simbólicas na constituição do imaginário social, a subjetividade passou a compor um *locus* a ser analisado, não sendo mais entendida como espaço impenetrável à lógica social e ao ordenamento da cultura. Na berlinda, passaram a estar não somente o observado – ponto de partida para o debate - como também o observador e toda suas dimensões tanto política quanto emocional, até então insuspeita e velada. É neste caminho aberto pela História Cultural que procuro trilhar aqui.

2 - Drogas e Vícios

Na última década do século XIX e a primeira do XX, havia nos jornais espantosa quantidade de anúncios sobre as substâncias entorpecentes que serão criminalizadas nas décadas seguintes (morfina, ópio, cocaína). Uma queda na recorrência dessa propaganda é perceptível no decorrer da década de 1910 e na década seguinte, quando a primeira lei de drogas é instaurada. Ocorre então uma modificação na abordagem desta propaganda: ao invés de destacar as substâncias psicoativas presentes nas fórmulas dos compostos anunciados, ela recorre à estratégia inversa e destaca o fato de tais substâncias não estarem mais presentes. Com o advento de outras mídias e a permanência do alto grau de analfabetismo da população, boa parte desta propaganda migrou para o rádio – por volta dos anos 1930 – e em seguida migrou para uma propaganda dirigida

especificamente aos médicos – nos anos 1940 – cujo surgimento deve-se a condenação da automedicação e como tentativa de contê-la¹³.

Nos primeiros anos do século XX, contexto de majoritário enaltecimento destas substâncias, não lhes eram dirigidas considerações desabonadoras de maior repercussão ou capaz de deflagrar algum conflito ou debate sobre o tema. O *status* de aceitação, crença e prestígio usufruído pelas drogas nesses anos consegue manter seus opositores com rasa ressonância na sociedade muito em razão de não se saber ao certo como substituí-las nas prescrições terapêuticas de então¹⁴. À medida que avançavam os anos e esse *status* sofria severos abalos, novos significados sociais iam surgindo em substituição àqueles. Alguns elementos responsáveis pela redefinição destas significações sobre a matéria estão expostos a seguir.

No final do século XIX, os novos compostos químicos trazidos pelos métodos sofisticados da nova tecnologia industrial farmacêutica, sobretudo a refinação e o alto grau de pureza das substâncias, avalizavam o estreitamento da confiabilidade dos usuários nos produtos consumidos¹⁵. Na verdade, estava ao alcance dos farmacêuticos, droguistas e médicos uma grande variedade de drogas cujo exercício de manipulação e formulação de “compostos secretos”, cuja qualidade e aplicação eram duvidosas e dos quais pouco ou nada sabiam as autoridades sanitárias, além do preparo clandestino de outros tantos compostos mais ou menos comuns à época porque de fácil adulteração. Atestada e incentivada pela propaganda dos próprios médicos nos periódicos de então o

¹³ - Ver, TEMPORÃO, J. G. *A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986, capítulo I.

¹⁴ - Nos países da Europa e dos Estados Unidos, a reação às drogas é mais acentuada nesta mesma época e os debates estão em plena efervescência.

¹⁵ - O exercício da ação curativa pelo médico, desde os tempos do Brasil Colônia, fora vinculado aos utensílios e instrumentos necessários à eficácia terapêutica. O arsenal de drogas disponíveis ao agente da cura corroborava para o sucesso da prática carreando prestígio e credibilidade à técnica e aos seus praticantes. Maria de L. da Silva. “Drogas na Bela Época Carioca: a construção das noções de crime e criminoso.” Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 1998, p. 118.

consumo de medicamentos facultava a consulta ao especialista e abria um canal para a automedicação e a iatrogenia¹⁶.

A eficácia nos resultados de cura apregoada pelos médicos e farmacêuticos tinha suporte no valor “mágico” dos medicamentos. Símbolo máximo das estratégias terapêuticas da modernidade, os remédios e seus princípios ativos agregavam novos valores ao antigo recurso do rito de cura porque agora se apresentava como totalmente asséptico, indolor e eficiente. O universo da medicina associava instrumentos misteriosos e remédios mágicos – elementos presentes nos ritos de cura desde tempos remotos – a um ambiente claro, branco, depurado de todos os males – uma sedutora forma de encantamento.

Nesse imaginário, a preocupação com os malefícios decorrentes do uso desses medicamentos persistiu sufocada pela euforia reinante advinda de um desempenho inicial eficiente, sinalizando para o sucesso da medicina. Isolada nos institutos de pesquisa acadêmicos e sem ganhar ressonância na sociedade, a denúncia do vício e da dependência química só sairia do confinamento no decorrer do século XX. Contudo, o reconhecimento do problema se fez enviesado pelos novos conceitos da Antropologia Criminal e da Psiquiatria. João do Rio registrou a associação, como bem demonstra o trecho que se segue do conto “Dentro da Noite”, de 1910:

“- (...) Eu mesmo concordaria com o Prates que te chama velhaco, se não viesse encontrar o nosso Rodolfo, agora, às onze da noite, por tamanha intempérie metido num trem de subúrbio com o ar desvairado...

- Eu tenho o ar desvairado?

- absolutamente desvairado.

- Vê-se?

- É claro. Pobre amigo! Então sofrestes muito? Conta lá. Estás pálido, suando apesar da temperatura fria, e com um olhar tão estranho, tão esquisito. Parece que bebeste e que choraste. (...) Como tremes, criatura de Deus! Estás doente? (...) Mas que é isto Rodolfo?

- Que é isto! É o fim, meu bom amigo, é o meu fim. Não há quem não tenha o seu vício, a sua tara, a sua brecha. Eu tenho um vício que é positivamente a loucura. Luto, resisto, grito, debato-me, não quero, não quero, mas o vício vem vindo a rir, toma-me a mão faz-me inconsciente, apodera-se de mim. Estou em crise. Lembras-te da Jeanne Drambreuil quando se picava com morfina? Lembras-te do João Guedes quando nos convidava para as *fumeries* de

¹⁶ - Dependência química causada pela prescrição médica.

ópio? Sabiam ambos que acabavam a vida e não podiam resistir. Eu quero resistir e não posso. Estás a conversar com um homem que se sente doído.
- Tomas morfina, agora? Foi o desgosto decerto...¹⁷

Esta passagem tem mais a dizer do que a banalização das conseqüências físicas advindas do uso da morfina e do ópio. Nela está fortemente colocada a idéia do vício como responsável pela degeneração física tanto quanto da personalidade por causa da perda do domínio da vontade e do autocontrole. O personagem, ao dizer: “Luto, resisto, (...) não quero, mas o vício vem, faz-me inconsciente, apodera-se de mim”, refere-se a qualquer tipo de vício. Neste ponto, ele apresenta uma representação já normativa do termo/conceito vício: uma categoria de entendimento a partir da qual o personagem desenvolve suas impressões do mundo. Em seguida, ele faz referência a duas outras pessoas, uma viciada em morfina, a outra em ópio. Pela sua narrativa, a rendição destes diante do vício também era evidente: “sabiam ambos que acabavam a vida e não podiam resistir”. O leitor do conto desconhece, até este momento da narrativa, *qual* o vício do personagem e só o saberá um pouco adiante, mas sobressai nesta passagem a alusão feita pelo personagem aos outros viciados pondo-se em situação de igualdade com eles. No fundo, não importa *no que* o personagem é viciado, porque sua escala de valores lhe diz não haver distinção de natureza física e moral entre um vício e outro. O que denigre sua humanidade é o vício mesmo, pela incapacidade de resistir à compulsiva repetição de uma paixão mórbida.

As “manias” do início do século, doença crônica que comprometia o desempenho da vontade de um sujeito, caracterizada pela repetição compulsiva de um hábito qualquer, o incapacitava de fazer parte de uma sociedade normativa. O vício era entendido pelo personagem como uma forma de prazer no limiar dos suplícios,

¹⁷ - Heloísa Cunha. Os Melhores Contos de João do Rio. Ed. Global, SP, 1990. p. 16.

conforme demonstra outra passagem da fala do mesmo personagem onde, enfim, revela seu vício:

“mas contive-me. Contive-me dias, meses, um longo tempo, com pavor do que poderia acontecer. O desejo, porém, ficou, cresceu, brotou, enraizou-se na minha pobre alma. (...) Agora a grande vontade era de espetá-los, de enterrar-lhes longos alfinetes, de cosê-los devagarinho, a picadas. E junto de Clotilde, por mais compridas que trouxesse as mangas, eu via esses braços nus como na primeira noite, via sua forma frágil e suave, sentia a finura da pele e imaginava o súbito estremeção quando pudesse enterrar o primeiro alfinete, escolhia posições, compunha o prazer diante daquele susto de carne que havia de sentir”.¹⁸

Esvaziada de qualquer conotação moralista e sem compor hierarquias apreciativas pela equivalência a que submete os vícios em questão, o autor patologizou o personagem analogamente aos viciados em morfina e ópio citados atrás quando nesta última passagem o fez evidenciar seu estado em circunstância absolutamente inusitada. Mas até que ponto este entendimento do autor é recorrente entre seus contemporâneos? Não se trata de um cronista do consenso, dizem seus estudiosos, mas de João do Rio, “um homem”, segundo Rodrigues, “no limiar de dois tempos” porque enfatiza “as relações psicológicas e sociais dos vários agentes da realidade do início do século”¹⁹.

Recorrendo ao discurso médico, vamos encontrar um inventário da toxicomania muito próximo ao do exposto por João do Rio na fala dos médicos Pedro Pernambuco Filho e Aduino Botelho os quais, em 1924, publicaram um livro sobre as toxicomanias mais comuns na sociedade carioca com o emblemático título de “Vícios Sociais Elegantes”:

“São assim indivíduos physica e moralmente desequilibrados, morbidamente predispostos, nevrosados, dados ás imaginações doentias extravagantes a que os inglezes dão o nome de: ‘touched with pensiveness’.

As desordens de affectividade, de iniciativa, de ethica, de moral, corollário da intensidade do vicio, são apenas o exagero da condição peculiar aos toxicomanos porque antes do vicio, acreditamos, já elles tinham frouxas essas qualidades.” (p. 23)

O vício assim entendido inocenta tanto o sujeito acometido quanto as substâncias que viciam, porque a razão do vício preexiste nos indivíduos e somente se tornarão toxicômanos aqueles biologicamente predispostos. O maníaco é o sujeito

potencialmente capaz de desenvolver taras em razão de sua deformação hereditária: um desequilíbrio moral decorrente da degeneração. É possível percebê-la manifesta no excesso de uma infinidade de gostos e não somente no dedicado às substâncias entorpecentes. A toxicomania seria apenas um tipo de morbidez resultante das ações impulsivas, uma variável das paixões desenfreadas de qualquer espécie.

Considere-se esta outra passagem tirada do conto “História de Gente Alegre”, do mesmo autor:

“Elisa molemente sentou-se ao lado da Elsa, que bebia mais champagne, sentia afrontações e torcia os dedos da apaixonada por baixo da mesa. Era o desespero. Mimi Gonzaga assegurou-se que ela recebera uma carta da mãe logo pela manhã. No fim, Elsa, pálida e ardente, dizia: *‘viens, mon chéri, que je te baise’* e mordida raivosamente o pescoço da Elisa. Via-se a repugnância, a raiva em que ela fazia a cena de lesbos - pobre rapariga sem inversões e esteticismos a safo... A ceia acabou em espetáculo, e acabaria com todos os espectadores, se algumas mulheres com ciúmes dos seus senhores - ah! Como elas são idiotas! - não os tivessem levados. Elsa às duas e meia fez erguer-se a Elisa, calada e misteriosamente fria. ‘Vão tomar morfina?’ interrogou um dos assistentes, ‘cuidado, hein?’ Elsa deu de ombros, sorriu, saiu arrastando a outra.”²⁰

Que funções representativas poderiam ter o enunciado “Vão tomar morfina? Cuidado, hein?” neste contexto? Parece óbvio o registro da idéia de cautela exigida pela situação. Em plena década de 1910, já eram de domínio público os riscos decorrentes do uso abusivo da morfina. As propagandas de medicamentos nos jornais chamavam a atenção para a ausência de certas substâncias entorpecentes ou causadoras de efeitos colaterais graves em suas fórmulas. Isto implica em admitir que, na década de 1910, o significado do enunciado em questão já estava institucionalizado. Mas o mais importante - nos dois trechos destacados - é entender o contexto de realização dessas representações e quais as significações assumidas.

Na trama, vêem-se duas mulheres na condição de amantes. O narrador, ao dizer a respeito “A ceia acabou em espetáculo...”, intenciona traduzir a medida do incomum da situação à época. O uso de morfina pelas protagonistas parece coroar vidas já tão

¹⁸ - *Ibidem*, p. 17.

¹⁹ - Rodrigues, Antônio E. M. p. 151 e 147, respectivamente.

“espetaculares”. Mas porque a associação feita pelo narrador entre a condição homossexual e o uso da morfina? Apesar do estilo provocativo, reconhecido pelos estudiosos do cronista, neste caso, a sobreposição de atributos conduz à caracterização do personagem marginal típico em gênero urbano e moderno. A vida boêmia certamente congregava tipos exóticos, alguns folclóricos, outros insólitos. Mas o autor compôs estirpes de personagens com acentuado grau de particularidades se comparados aos “homens comuns”. Carregado excessivamente na composição, o personagem padrão de um gênero literário torna-se inverossímil servindo tão somente à reafirmação de estereótipos como o dos heróis épicos, as donzelas românticas ou os bandidos sem caráter. Assim entendido, o mundo aparece descrito numa uniformidade de modelos onde as pertinências e não pertinências são evidentes e dadas de antemão. Os personagens simbolizam categorias de entendimentos através das quais se participa do mundo que se julga conhecer. O uso de entorpecentes estaria, neste caso, circunscrito àqueles que preenchessem determinados padrões de comportamentos anômicos, sendo tão próprios de alguns quanto impróprios de outros. E neste caso, a produção literária não estaria tão longe da ação policial em seus preceitos.²¹ Acaso o narrador ao encobri-las por um mesmo estigma anti-social não carregou demais nos tons de caracterização das personagens? Porta-voz da vida noturna e boêmia carioca do início do século XX, João do Rio conduzia o leitor por um Rio de Janeiro sempre inusitado e chocante, e

²⁰ - *Ibidem*, p. 32.

²¹ - Munida de um saber apriorístico às verificações e aos levantamentos, a polícia centrava sua ação no controle da ordem reiteradamente nos mesmos espaços e com base nos mesmos pressupostos teóricos centrados nas características biopsíquicas - como causas orgânicas - e nos “distúrbios sociais” - como extra-orgânicos - estando a reproduzir indefinidamente manchas criminosas em guetos. Recorrendo as teorias - já expostas - dos caracteres atávicos do crime, o discurso eugenista, patrocinado pela escola Nina Rodrigues, ganhou dimensão prática na ação policial. Marcos Bretas demonstra como as estatísticas, produzidas a partir das ocorrências policiais, quando em cotejo com os relatórios dos chefes de polícia, simplesmente serviam para constatar o determinismo desses pressupostos em detrimento de um esforço de averiguação mais cuidado sobre as possíveis razões do crime: “Eles conseguiam encontrar nas estatísticas os vagabundos, alcoólatras e estrangeiros que confirmavam seus temores, praticamente ignorando outros aspectos como a grande incidência de agressões que, de um ponto de vista estritamente quantitativo, deviam ser consideradas como um dos principais problemas da cidade”. Marcos Bretas. *Ordem na Cidade - O Exercício da Autoridade Policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Ed. Rocco, RJ, 1997. Caps. 1 e 2.

talvez se deva a situações como essas o fato de seus opositores dizê-lo caricatural. Em seus livros *Dentro da Noite* e *Histórias de Gente Alegre*, o autor descreve jovens damas da sociedade carioca que são exímias larapias; senhoras de família humilde que se prostituem sem razão aparente; influentes homens da política que mantêm jovens amantes; ou seja, tipos que bem podem apresentar-se como matizações de personagens do gênero urbano-marginal, mantendo acentuado o caráter impactante, conforme apreciava o gosto literário do autor. Entretanto, o que interessa destacar é o fato do mundo boêmio, conforme passagem descrita no conto acima, manifestar rejeição ao comportamento de alguns elementos que dele participa mesmo não se tratando de comportamentos criminosos ou ilegais. Ao que parece, os critérios de interdição, neste caso, foram ditados pelo senso moral do grupo, não pela norma de justiça.

Retomando o primeiro caso, o do sujeito viciado em alfinetar sua noiva, ele também representava um maníaco típico, adepto não dos entorpecentes, mas do sadomasoquismo – a perversão do erotismo. Antes da manifestação do vício, tratava-se de um rapaz de boa família com um futuro brilhante à sua frente e uma noiva devota que lhe daria um lar feliz. A compulsão e a culpa, no entanto, o impediram de levar uma vida normal; viu-se então compelido ao submundo e toda sorte de misérias. Está claramente colocada a idéia da fraqueza moral, da debilidade da vontade neste maníaco. Em nomenclatura própria daqueles dias, tratava-se de um doente. Do ponto de vista da moral, o sentimento de culpa associado à miserável condição de sua humanidade atenuavam a imputação da punição pelos danos causados; do ponto de vista da justiça, a falta de domínio da vontade atenuava o delito. Não caberia a ele o castigo por seus atos, mas ser restituído à condição humana através de tratamento para tentativa de resgate do equilíbrio emocional e de sua sanidade.

Estigmatizada pelo atavismo hereditário lombrosiano²², que despertava impulsos violentos, aos poucos o vício provocado por substâncias narcotizantes passou a ser tratado como doença de natureza psicológica uma vez que também afetava o domínio da vontade. Como consequência, a embriaguez etílica foi deixando de constar das estatísticas de delitos contra a ordem pública e engrossando as estatísticas de internação compulsória de uso de drogas²³. A visão patologizada do bêbado assomou ao estigma anterior de desordeiro um outro, o de insano, moralmente incapacitado do exercício da sociabilidade por herança genética, resultado da degeneração racial propiciada pela miscigenação.

Fazendo mais uma etnografia das drogas na cidade do Rio de Janeiro, João do Rio descreve o ópio como vício dos pobres em oposição aos vícios da elite. As *fumeries* de ópio ocorriam em ambientes insalubres, sujos, fétidos. Os chineses, que trouxeram o ópio para a cidade, são descritos, em 1908, pelo autor em seu conto “Visões D’Ópio”, como o grupo que ordinariamente usava ópio na cidade e as *fumeries* são caracterizadas como seções privadas ainda pouco conhecidas da população em geral:

“- Sim, dizia-me o amigo com quem eu estava, o éter é um vício que nos evola, um vício da aristocracia. Eu conheço outros mais brutais - o ópio, o desespêro do ópio.

- Mas aqui?

- Aqui. Nunca frequentou os chins das ruas da cidade velha (...)? Os chineses são o resto da famosa imigração, vendem peixe na praia e vivem entre a rua da Misericórdia e a rua D. Manoel. Às cinco da tarde deixam o trabalho e metem-se em casa para as tremendas *fumeries*. Quer vê-los agora? Tenho a indicação de quatro ou cinco.”²⁴

²² - Cesare Lombroso é o fundador da Antropologia Criminal no século XIX. Para ele, as causas do ato criminoso estavam no próprio criminoso, devendo ele ser estudado e não o crime, uma categoria abstrata. Em seu trabalho *O Homem Criminoso*, de 1876, Lombroso desenvolveu a tese de que o crime é cometido com maior frequência por pessoas que possuem características biopsíquicas específicas e, baseado na antropometria ou na medição meticulosa dos crânios e faces dos criminosos, criou um protótipo destas características, o “criminoso nato”. Essa espécie de laboratório reunia características fora dos padrões de desenvolvimento físico e psíquico considerados normais. Assim, os estrábicos, os epiléticos, os que tinham orelhas de abano eram considerados criminosos em potencial. Como tudo isso representava uma morfologia de anatomias patológicas, os loucos, os alienados e os insanos ainda não inventariados eram agregados a esta definição. Entre nós, as idéias lombrosianas foram defendidas pela escola Nina Rodrigues.

²³ - Bretas mostra como entre 1909 e 1925, os números de registros de ocorrência por embriaguez passaram da segunda posição - perdendo apenas para a genérica ocorrência de “desordem” - para nenhum registro. O novo estatuto do alcoolizado como doente seria o responsável pela redução das ocorrências policiais. Situação inversa ocorre com a estatística dos pacientes internos por abuso de álcool. Entre 1926 e 1929 o número salta de registro zero para 474 casos de internação neste último ano, correspondendo a 76,4% do total de internações. p. 75 e 102.

²⁴ - João do Rio, p. 84.

O *flaneur* e seu guia seguem então com destino ao Beco dos ferreiros “miserável e sujo” onde fingiram ser fornecedores de ópio de Bombain para penetrar nas casas chinesas:

- Chego de Londres, com um quilo de ópio, bom ópio.
- Ópio? ... Nós compramos em farmácia ... rua São Pedro ...
- (...)
- Não tem dinheiro ... não tem dinheiro ... faz mal.
- (...)
- Como se chama você?
- Tchang ... Afonso.
- Quanto pode fumar de ópio?
- Só fuma em casa ... um bocadinho só ... faz mal! Quanto pode fumar? Duzentas gramas, pouquinho ... Não tem dinheiro.”
- Este é o primeiro quadro, o comêço. Os chins preparam-se para a intoxicação. Nenhum dêles tinha uma hora de cachimbo. Agora, porém, em outros lugares devem ter chegado ao embrutecimento, à excitação e ao sonho. Tenho duas casas no meu *booknotes*, uma na rua da Misericórdia, onde os celestes se espancam, jogando o monte com os beijos rubros de mastigar folhas de betel, e à rua D. Manoel nº 72, onde as *fumeries* tomam proporções infernais.
- Ouçõ com assombro, duvidando intimamente dêsse fervilhar de vício, de ninguém ainda suspeitado. (...)
- Os moços desejam?...
- É você o encarregado?
- Para servir os moços.
- Desejamos os chins.
- Ah! Isso, lá em cima, sala da frente. Os porcos estão se opiando.”²⁵

Demonstrar que as *fumeries* também eram freqüentadas por pessoas da “sociedade” o autor já fez em seu conto “Dentro da Noite”, citado atrás. Mas o que chama atenção aqui é a indicação do crescimento deste hábito na cidade em período de intensos debates internacionais e às vésperas da determinação da proibição do comércio destas substâncias. O fumo de ópio não chegou a espalhar-se pela cidade ou a angariar grande soma de adeptos. Ao que parece, esta forma de consumo do ópio permaneceu própria dos grupos chineses restrita às zonas da cidade habitada por esses imigrantes. Além disso, o fumo de ópio nunca fez parte das abordagens terapêuticas da medicina formal. Apenas seus alcalóides tinham aproveitamento com este fim. Este aspecto ressalta uma questão bastante importante nas considerações aqui feitas. O consumo das drogas entorpecentes escapava das prescrições médicas não somente por causa da reiterada busca de bem-estar creditada a elas, mas também pelo padrão de lazer boêmio carioca descrito por João do Rio à semelhança das cidades européias como Paris e Viena. Além do mais, não encontrou resistência numa cultura onde o hábito da

automedicação era secular e a prática da prescrição das “receitas medicinais de família” indicadas tanto para as mais graves doenças quanto para as indisposições corriqueiras era tradição tão comum quanto as procedentes dos curandeiros. O sofrimento, sobretudo os não físicos, e a dor têm nas drogas entorpecentes um grande aliado.

O consumo de drogas em larga escala é um fenômeno das sociedades modernas, mas desde tempos remotos o homem faz uso de substâncias que de alguma maneira alteram seu estado de espírito pelo aumento da capacidade perceptiva e sensorial. Exacerbadas, essas qualidades passam a ser instrumentais privilegiados de ligação com o mundo circundante. Supondo desvelar o que poucos conseguem, esse homem perscrutador opera uma racionalização às avessas do consumo destas substâncias: renovada a auto-estima, fortalecido na coragem e inflado de força ele age em meios que pensa controlar. De fato, nunca antes o homem fora tão exigido pelo meio social como quando da formação do mundo industrializado. Deste homem moderno foi estipulado ser ele de compleição vigorosa, ágil, astuta, minuciosa, porque o ritmo fabril assim o exigia. As substâncias entorpecentes, hoje criminalizadas, exponenciavam naquele contexto essas características e a medicina as ofereciam como benefício.

Pode-se pensar na equivalência que existe nos estado de compulsão e na produção em série, na alienação e no torpor, na alucinação e na vertigem urbana, no prazer contemplativo do fonógrafo, da fotografia e do cinematógrafo. O mundo industrializado e capitalista vicia e todos os homens são viciáveis. João do Rio perseguia na noite boêmia carioca seus personagens exóticos de tão viciado que era nos prazeres que lhe permitiam a modernidade.

²⁵ - Ibidem, p. 85-89.